

Por meio de ação sustentável, sertanejos conseguem diminuir os impactos da seca

A origem da ação coletiva: as necessidades sentidas

Poderíamos pensar que as causas dos principais problemas (das famílias do sertão nordestino) seriam a falta de conhecimentos, a dependência política etc. De fato, esses eram problemas graves, mas as famílias talvez não tivessem consciência de sua importância. O que elas sentiam, o que mais provocava seu sofrimento, era a questão da água.

As mulheres perdiam várias horas todos os dias para ir apanhar água poluída nos barreiros, carregando baldes pesados na cabeça. As crianças sofriam de diarreia. A ação começou pela reflexão sobre esse problema. Discutiram-se soluções. Descobriu-se um tipo de cisterna “bem em conta” – redonda e semienterrada, feita de placas de cimento – e que podia ser construída pelas próprias famílias, após treinamento. Uma cisterna desse tipo recolhe a água de chuva caindo no telhado, armazenando 16.000 litros, o que permite a uma família de cinco pessoas dispor de água para beber e cozinhar durante uns sete meses, isto é, entre duas estações chuvosas. Mas como comprar o material? Na comunidade mais carente, mais distante de qualquer fonte de água, havia perto de cem famílias e os recursos conseguidos pelo PATA^{C4} (a ONG que apoiava as comunidades do município) só cobriam os custos com o material para cinco cisternas.

Foi quando se pensou na criação de um “Fundo Rotativo Solidário” (FRS), um tipo de crédito que não tem nada em comum com o empréstimo bancário. O princípio é o da solidariedade. Importa que cada família possa dar sua contribuição financeira e que o ritmo das “prestações” seja decidido em conjunto com a Associação da comunidade, obedecendo às condições econômicas das famílias. O retorno pode demorar bastante tempo, até que a quantia devolvida permita formar um novo Fundo para um novo grupo de famílias.

Pode-se alegar que o ritmo das construções é lento, mas a comunidade não estava sofrendo há décadas e décadas sem solução? Na gestão do FRS, as dificuldades não faltam. Certas famílias não podem assumir compromisso financeiro suficiente, embora sejam as mais necessitadas. O caso é discutido na Associação e soluções são propostas. Por exemplo, serviços prestados e remunerados. Ou ainda empréstimo de uma cabra, a dívida sendo paga com a venda dos filhotes e o animal devolvido ulteriormente. O importante é o princípio da solidariedade e da decisão comunitária. Vale acrescentar que essa boa vontade solidária é facilitada pelo fato de que quase todas as comunidades rurais da região são constituídas por uma mesma parentela, descendente de um mesmo avô ou bisavô.

A institucionalização da ação coletiva

Desde 1980, comunidades rurais do município de Soledade-PB (situado na fronteira entre as três microrregiões do Cariri, Seridó e Curimataú) tinham começado a se mobilizar, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Igreja católica e de ONGs com atuação na região em torno de várias atividades: grupos de evangelização, “mutirões” (trabalhos comunitários), estocagem de sementes (os “bancos de sementes comunitários”). A gestão dos Fundos Rotativos Solidários foi a atividade que exigiu uma organização mais ampla e consolidada, abrangendo várias comunidades e, com o tempo, vários municípios. A experiência tinha iniciado na comunidade de Caiçara, município de Soledade, em 1993, integrando a seguir os municípios vizinhos, até atingir municípios das três microrregiões. Inicialmente, o repasse dos recursos para um novo

grupo de famílias, da mesma ou de outra comunidade, era decidido por uma organização criada para esse fim: o “Coletivo de Educação Solidária de Soledade”, que reunia representantes das diversas comunidades. Foi aí que a ação coletiva começou a se institucionalizar. Como várias comunidades se situavam na fronteira entre Soledade e municípios vizinhos, o Coletivo passou a se chamar , em 1998, “Coletivo de Soledade e Entorno”. Ampliando-se a ação, passou a abranger umas trezentas comunidades de dez municípios e ganhou, em 2006, o título de “Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú”.

Os FRSs talvez tenham constituído o instrumento mais forte para dar o “pontapé inicial”: proporcionar às comunidades a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos – discutir os prazos de pagamento, decidir quem vai comprar o material, negociar os preços, prestar contas. Inicialmente, era a organização mediadora que assumia essa gestão. Aos poucos ela foi se retirando, repassando a responsabilidade para as Associações de cada comunidade. Essa lenta aprendizagem da tomada de decisões de forma democrática foi um passo importante para a organização da comunidade e o exercício da cidadania. As famílias foram descobrindo sua capacidade de se autoadministrar, ganhando autonomia e autoconfiança, sem depender de “favores”. Tornaram-se cidadãos capazes de conduzir seu próprio destino. Vale frisar que essa nova autonomia não agradava aos políticos locais, que perguntavam: “Quem lhe deu essa cisterna?” E o produtor respondia, orgulhoso e batendo no próprio peito: “Ninguém me deu, eu paguei!”.

DUQUE, G.; MELLO, A. C. P. de; ARAÚJO, M. G. B. de. Ação coletiva e desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 25, p. 109-116, jan./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/22884/18577>>, acesso em 19 de Junho de 2018.

Rede de Permacultura cresce no estado de São Paulo

Pensando na retomada de práticas ancestrais de plantio, preservação e aproveitamento de espaços com recursos naturais disponíveis, está sendo desenvolvido, em São Paulo (SP), o movimento Permaperifa. A atividade está em uma crescente no estado e é uma opção para quem quer praticar o cultivo de alimentos livres de agrotóxicos e com um contato maior com a natureza.

(...). A agricultura nos centros urbanos cria oportunidades para a troca de experiências direcionadas ao plantio de alimentos sem uso de agrotóxico. O movimento Permaperifa está, justamente, dentro dos bairros paulistas. Organizado pela rede #PermaPerifa – um grupo que mobiliza cerca de 200 pessoas – o projeto tem como objetivo visitar comunidades da periferia para promover mutirões de atividades em várias frentes: manutenção de cisterna; instalação de bomba manual; manejo da horta agroecológica; construção de banheiro seco.

A rede surgiu em 2015, a partir da união de três coletivos periféricos de educação ambiental. Atualmente, tem aproximadamente 20 voluntários. Cada grupo tem o objetivo de levar alimentação orgânica aos bairros. As reuniões são de dois em dois meses, somando, ao todo, 12 eventos.

Antes de cada encontro, os grupos fazem uma visita para saber qual a necessidade do local que será atendido. "O Permaperifa é formado por jovens que se responsabilizaram pelos seus bairros, pensando no futuro e nas próximas gerações. "Temos a consciência de que somos agentes da mudança. Na periferia, a ecologia não é para resolver só a questão ambiental mas também a social. A horta comunitária, por exemplo, é um espaço de lazer, com um toque terapêutico, que ainda produz alimentos saudáveis", descreve Lucas Ciola, de 32 anos, educador ambiental e membro da Permaperifa.

O projeto paulista recebe o apoio de movimentos voltados para a agricultura como o Muda SP, que também trabalha em prol de uma mudança de comportamento, como a busca permanente pelo fim do uso de agrotóxico. "São encontros em que a rede busca articular e fortalecer iniciativas de permacultura nos territórios populares. O objetivo é somar esforços para suprir todas as necessidades da comunidade", explica a integrante do Muda SP, Susana Prizendt, de 43 anos.

Mais agricultura

Em São Paulo também são desenvolvidas agriculturas do tipo ativistas/comunitárias e comercial. Voltada para a produção de hortaliças, a atividade é feita por pessoas ligadas ao setor de agroecologia. O movimento apoia os agricultores profissionais e ocupa espaços públicos da cidade com hortas. O plantio busca conexão com a natureza, educação ambiental, nutricional, fortalecimento comunitário e, inclusive, fortalecimento do movimento agroecológico.

Outra vertente é a de comercialização, que acontece em hortas urbanas na região de São Mateus, zona Leste de São Paulo. O movimento é voltado para geração de trabalho e renda para a população.

FIDÉLIS, M. Rede de Permacultura cresce no estado de São Paulo. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/rede-de-permacultura-cresce-no-estado-de-s%C3%A3o-paulo>>, acesso em 22 de Junho de 2018.